

Eixo Temático 5 – Política e Gestão Educacional

Contribuições da Gestão Escolar para Educação no Campo: Projeto Político Pedagógico da Concepção a Execução.

Girleide Tôres Lemos¹
Rodrigo Pereira da Silva²
Universidade Federal de Pernambuco/CAA

Resumo: O artigo apresenta contribuições relevantes da Gestão escolar na Educação do Campo a partir do Projeto Político Pedagógico. Atendendo a diversidade cultural e econômica presente no meio campesino, onde a Educação do Campo passa a ser vista como possibilidade de emancipação social. Desenvolvemos uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico com estudo de caso, de gestora numa gestão nucleada na realidade da Educação do Campo na cidade de Caruaru, onde buscamos identificar em sua prática ações preocupadas com a emancipação na Educação do Campo. Espera-se que o resultado desse estudo traga contribuições para o contexto atual da educação.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Educação do Campo, Projeto Político Pedagógico.

Introdução

Atualmente vêm acontecendo vários encontros científicos, onde se discute os objetivos da Educação no Brasil quanto ao que é proposto pelas leis Educacionais e o Plano de Educação de cada Escola. Esta discussão vai desde a escola até casa dos educandos. Netas reflexões e aproximações de conceitos voltados à área da Educação ganham características próprias às demandas da Educação do Campo quanto ao que cerne as principais características desta área do Ensino Formal.

A Educação do campo nesta lógica emerge da necessidade de reconhecimento do outro como portador de interesses do coletivo, onde entende as diversidades como meio para acolher as diferenças sem perder, contudo, a visão de totalidade. Entendendo com isso que a construção da sociedade do campo busca constituir a sociedade com uma

¹ Graduanda de Pedagogia pela UFPE/CAA e Coordenadora de Educação Integral e políticas de Educação do Campo no Município de Caruaru.

² Graduando em Pedagogia pela UFPE/CAA e monitor do Projovem Campo – Saberes da Terra no estado de Pernambuco.

identidade da população local que organiza a educação formal a partir da lógica da Gestão Democrática na tentativa de estabelecer relações entre a escola e a comunidade.

A Educação do campo a partir das últimas reflexões e lutas dos movimentos Sociais como o Programa de Educação de Reforma Agrária (PRONERA) e o legislativo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo aprovada em 2001, trazem uma perspectiva de Educação do Campo como meio de possibilidades de organização social, identidade, lazer, sociabilidade e sustentabilidade. Onde a Educação do Campo tratada no meio rural é concebida como espaço heterogêneo destacando a diversidade cultural e econômica de atividades agrícolas e não-agrícolas.

A educação formal assumiu com isso o compromisso de contribuir articulando as práticas empíricas aos conhecimentos científicos, não o inverso, como erroneamente esta acontecendo na maioria das práticas pedagógicas das Escolas do Campo. Neste viés a educação trás sua contribuição sociabilizando instrumentos que possam superar a alienação subjetivamente implícita dos órgãos institucionalizados, através da reestruturação das nossas condições de existência, como também mudanças em nossa maneira de ser.

Sendo o papel dos que fazem a escola articular meio de reestruturação de instrumentos que possam superar a alienação presente em algumas práticas educativas. Com isso comungamos da afirmação de Mészáros quando pontua que:

“o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (2005:65).

A educação assumiria um caráter de auto-educação de iguais e autogestão da ordem social reprodutiva. Entendendo o caráter progressivo, onde os próprios sujeitos envolvidos redefinem o sistema como agentes educativos ativos.

Com isso a postura daqueles que fazem a gestão da escola teria como contribuição o planejamento do currículo escolar, das condições de ensino, quanto à proposta de democracia *da* e *na* educação do Campo, onde esta poderá ser matizada por interesses e concepções políticas, locais e particulares. Mas estaria a gestão Escolar do Campo contribuindo para esta automudança consciente? Ou estaria a Gestão reproduzindo práticas que divergem das características da Educação do Campo?

Considerando as análises de Alarcão (2003), que enfatiza a necessidade da reflexão em nossas ações, ao pontuar que “a escola, como organização, tem de ser um sistema aberto e pensante e flexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à

comunidade em que se insere”, propomos apresentar os elementos que poderiam nortear o projeto político pedagógico na realidade da Escola do Campo e a partir destes aproximar as ações desenvolvidas pelas respectivas escolas pesquisadas, apresentando características que possam ou não fazer parte da gestão escolar preocupada com a educação do Campo. Neste viés, partiremos de uma indagação geral: como o projeto político pedagógico é planejado e executado na realidade da Educação do Campo nas escolas pesquisadas?

Assim, buscando uma coerência com os pressupostos metodológicos e os instrumentos/procedimentos ao longo do processo de construção da pesquisa envolvemos nas atividades de acompanhamento da pesquisa a observação participante e entrevistas semi-estruturadas.

Na observação participante, o pesquisador tem sempre um grau de interação com a situação estudada, sendo ao mesmo tempo objeto e sujeito. A intervenção do pesquisador no meio é condição também irremediável do conhecimento, assim como a visão da população sobre a pesquisa. Passa a ser uma ação reflexiva conjunta que, se transforma num processo de mudança. Para Fino (2003), subsidiado por Georges Lapassade, a expressão “observação participante” tende a designar o trabalho de campo no seu conjunto, desde a chegada do investigador ao campo da investigação, quando inicia as negociações que lhe darão acesso a ele, até o momento em que abandona, depois de uma estada longa. Enquanto presentes, os observadores imergirão pessoalmente na vida dos locais, partilhando as suas experiências.

Educação do campo

A Educação do Campo antes nomeada de Educação Rural vive atualmente um momento de transição entre o que seria Educação Rural e agora o que é Educação do campo. Vale salientar que a trajetória Educação Rural no início do século XX “o homem do campo foi concebido como exemplo do atraso, e a política educacional se organizava em conformidade com os interesses capitalistas predominantes em cada conjuntura” (Souza, 2008, p. 1093). Nesta lógica não entendiam o meio rural como lugar de possibilidades e desenvolvimento do Campo de acordo com suas possibilidades e interesses.

Contrapondo esta visão simplista do meio Rural Paulo Freire a partir de 1960 sinaliza que os camponeses corroboram para a educação popular, pois estes sujeitos “(...) revolucionam a prática educativa, criando métodos de educação popular, tendo por suporte filosófico-ideológico os valores e o universo sociolinguístico-cultural desses mesmos grupos” (Leite, 1999, p.43). Logo a Educação do Campo deverá ser entendida como um espaço de formação continuada, com reflexões conjunturais e elaboração de proposição que contemple todos os níveis de ensino, objetivando que se quer ver discutir no campo entendido como lugar de cultura e identidade, Souza (2008).

A diversidade identificada no campo assume, portanto princípio fundamental, onde se entende que as características da Educação do campo tem como norteadores os interesses coletivos emergindo das demandas da realidade dos camponeses. Onde a escola é o lugar que seus interesses são articulados aos conhecimentos científicos que buscam fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais, onde pontua Caldart:

Uma escola do Campo não é final, um tipo diferente de escola, mas sim é a escola reconhecendo e ajudando a fortalecer os povos do campo como sujeitos sociais que também podem ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, com suas lutas, sua história, seu trabalho, seus saberes, sua cultura, seu jeito. (2004:110).

As escolas construídas com estas características poderão atender as necessidades que os camponeses apresentam, pois como já pontuamos anteriormente os objetivos emergem do coletivo e são organizados para atender a estas demandas. Com isso a parcela de contribuição do educador (a) é fundamental, pois este (a), onde passará a compreender qual a contribuição de suas ações pedagógicas na construção ou formação desse sujeito. Nessa perspectiva, este estudo é uma tentativa de refletir como os educadores que atuam na educação do campo de uma escola da zona rural de Caruaru, representam o currículo e o organiza nessa realidade.

O movimento “Por uma Educação do Campo” nos insere no debate sobre as configurações político-pedagógicas referentes ao processo de definir orientações curriculares para as escolas do campo. Ao pensarmos o campo como contexto educacional em suas dimensões sócio-educativas, o problema do currículo é discutido na prática escolar a partir de ordenamentos “naturalizados” na organização dessa prática. Mesmo que ocorra uma grande distância, ou complexa interação entre as intenções expressas nos âmbito do previsto e do praticado, formada entre o que se postula como currículo e o que realmente ocorre no cotidiano da sala de aula,

compreendemos que o padrão de currículo escolar, estabelecido de modo amplo para o sistema escolar, torna-se uma problemática real nas escolas do campo. Portanto, quando evidenciamos o âmbito do currículo real, da prática efetiva de uma proposta, outras categorias de análise colaboram para a percepção de como uma proposta de mudança curricular está imbricada com dimensões institucionais e organizacionais para que realmente alcance seus objetivos de mudanças nas escolas.

Portanto a contribuição da Gestão Escolar na educação do Campo deverá valorizar o Ensino a partir da diversidade cultural e aos processos de interação e transformação do campo, contribuindo então para melhoria das condições de vida. Sendo a figura do gestor aquele que fomenta ações são direcionadas a elaboração do Projeto Político Pedagógico com a contribuição do coletivo e não aquele que centraliza o poder de organizar a escola apenas em suas mãos.

O Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática

O planejamento aponta rumos a serem seguidos e/ou modificados para atender as necessidades apresentadas. Com isso, as atividades na escola deverão ser desenvolvidas à luz do que objetiva o Projeto Político Pedagógico, percebido como documento apresenta às intenções, os objetivos, as aspirações e os ideais do coletivo escolar, tendo em vista que o processo de escolarização deve atender a todos os envolvidos na escola, principalmente aos alunos, Libâneo (2003).

Para tanto, a escola necessita articular, junto aos seus sujeitos e sua comunidade, mecanismos que possibilitem um planejamento, onde promove a participação, ou seja, um planejamento participativo. Em que as ações coletivas da escola apontam para a mesma direção, com objetivo de definir sua ideia social educacional tendo com isso ações políticas da escola, Gandim (1994).

Os sujeitos da escola passam a interagir na construção do planejamento participativo, definindo as necessidades de acordo com cada situação no ambiente escolar. Com isso, articulam a melhor maneira de suprir as necessidades reivindicadas através de ações objetivas, assumem uma postura responsável com o que se propõe no Projeto Político Pedagógico. Além disso, a participação se apresenta numa íntima relação entre concepção e execução: cada mecanismo da escola apresenta suas sugestões ou solicitações seguindo a lógica da Gestão Democrática.

Diante disso, é importante destacar, que a participação é considerada como estratégia política tanto para os setores progressistas quanto para aqueles tradicionalmente não favoráveis às forças populares. Por isto, devemos, por um lado, entender a participação de todos de modo a elucidar objetivos emancipatórios de cidadania e de autonomia de sujeitos, e por outro lado, para manutenção de situações de centralização do poder decisório e o controle de muitos por poucos.

A gestão democrática na educação do Campo parte do pressuposto de que ações são desencadeadas com processo de participação social, nas diversas áreas da educação. Além disso, ela deve garantir e mobilizar a presença e participação dos diversos atores envolvidos nesse meio, tanto nos sistemas de modo geral quanto na unidade de ensino.

Nesse contexto, a necessidade de descentralização da Gestão Escolar no Campo é urgente tendo em vista que esta poderá ser colocada como aquela que “envolve necessariamente alterações nos núcleos de poder, que levam a uma maior distribuição do poder decisório até então centralizado em poucas mãos” (Lobo, 1990). Entendemos, pois que a transferência de poder para o poder local viabilizaria novas relações entre o local (micro) e os estados (macro), assim criam-se espaços de relações entre a sociedade e o espaço.

A abordagem que visa o planejamento do currículo escolar das condições de ensino deixa-nos atentos às posturas de proposta de democracia *da* e *na* educação do Campo, pois esta poderá ser matizada por interesses e concepções políticas, locais e particulares. Sendo assim, teremos contribuições de diversos atores sociais. Tudo isso precisa estar consolidado, para uma educação comprometida com a utilização cultural e transformação de *todos*, evitando a supremacia dos interesses corporativos aos interesses educacionais coletivos.

Escolas da realidade campesina em Caruaru

Para que pudéssemos apresentar contribuições acerca dos conceitos apresentados acima realizamos estudos que aproximassem a relação entre a Gestão Escolar e a Educação do Campo. Os estudos e observações foram realizados em duas escolas (Escala 1 e Escola 2) municipais da cidade de Caruaru - PE, que fazem parte de uma proposta de Gestão nucleada junto a mais quatro escolas, totalizando seis escolas. As escolas campo de pesquisa têm o acompanhamento da Gestão da Escolar de duas a três

vezes na semana, e recebem o suporte pedagógico, político e administrativo. Ambas são em localidades distantes impedindo mais frequência da gestão nas escolas.

As Escolas funcionam no horário da manhã e têm salas multisseriadas. Estudam juntos, alunos de 1^a, 2^a, 3^a e 4^a série e estes alunos são preponderantemente moradores do meio Rural. A escola 1 está situada no 1^o Distrito de Caruaru e comporta vinte e oito alunos nas séries já citadas, têm uma professora, uma merendeira e um porteiro. Já a escola 2 é situada mais distante da escola 1 cerca de 4 km e também é do mesmo Distrito. No entanto dispõem de uma professora que ministra aulas para vinte e sete alunos e uma merendeira.

Utilizamos nesta pesquisa, estratégias de cunho etnográfico, mas não a etnografia no sentido estrito. Segundo André (2005), a pesquisa etnográfica se refere ao conjunto de técnicas que os antropólogos usam para coletar dados sobre os valores, hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social, ou ainda um relatório do emprego destas técnicas. Entretanto, é importante destacar que as estratégias utilizadas para a análise do processo educativo as quais utilizamos, não são necessariamente as mesmas usadas na Antropologia.

De ante deste cenário desenvolvemos técnicas procedimentais que nos auxiliassem nossas observações e análises do estudo de caso. Inicialmente tivemos uma conversa informal com a gestora, como também realizamos uma análise documental, do Projeto Político Pedagógico, elemento fundamental de nosso estudo. Realizamos também entrevistas com os sujeitos participantes de nossa pesquisa: docentes, discentes, pais e mães e alguns funcionários/as, bem como a gestora, objeto de nosso estudo. Buscamos analisar seus pontos de vista de acordo com suas funções na escola e, a partir daí, coletar informações essenciais para a caracterização dos sujeitos em sua participação (ou não), da construção e execução do Projeto Político Pedagógico.

Observamos o cotidiano escolar para aproximar se o que observamos no Projeto Político Pedagógico estava sendo posto em prática. Indispensavelmente, realizamos um levantamento bibliográfico em busca de autores que fundamentaram nossas argumentações. Com isso, utilizamos de um diálogo entre os autores para conceituar os elementos que fundamentam o Projeto Político Pedagógico (PPP).

O desenvolvimento dos nossos estudos seguiu a contextualização do que seja Projeto Político Pedagógico e Gestão Democrática para a Educação do Campo. Como o proposto nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, destacando que:

Propostas Pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso do avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas. (Brasil, 2001, p.25)

Neste viés o Projeto Político Pedagógico é um documento que caracteriza e norteia as ações da escola entendendo-a como elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução. Com isso, possibilitando melhoria das condições de vida através de uma vivência solidária e colaborativa democrática, onde todo o coletivo participa e tem sua parte de responsabilidade no desenvolvimento da sua comunidade.

A Concepção e Execução da Proposta Escolar no Campo

Aproximando os dados obtidos através das observações, elencamos elementos que caracterizam alguns eixos norteadores do Projeto Político Pedagógico (PPP) para educação do Campo. A partir destes pudemos tecer um comparativo entre às concepções e execuções da Proposta Escolar das escolas observadas descrevendo possíveis ações que contemplariam uma Gestão escolar no Campo: a) Diagnosticar a realidade local; b) Possibilitar atividades que possam oportunizar a participação da comunidade Rural; c) Desenvolver atividades pedagógicas coerente com as necessidades dos educandos e o seu ambiente; d) Assegurar o registro de ações entre escola e comunidade; e) Acompanhar as atividades desenvolvidas e reorganizá-las sempre que necessário.

Estes encaminhamentos norteadores acima aproximam possíveis meios de organização da escola do Campo que possam contribuir para o que anteriormente de uma vivência solidária e colaborativa democrática. Em um primeiro contato com, a gestora, ela apresentou o PPP. Segundo ela, o projeto foi elaborado pela gestão anterior e que ele está sendo reorganizado por ela e pela supervisora, sem a participação de outros sujeitos da escola. A gestora no seu discurso pontua que o ideal seria que cada escola tivesse seu próprio PPP. Porém, ela sente bastante dificuldade em administrar e promover ações que articulem esta participação nas escolas, visto que ela nunca havia

trabalhado com escolas do Campo antes. Mesmo que afirmasse que este tivesse a participação de todos os funcionários da escola.

Além disso, ela explicita a posição de uma suposta neutralidade em suas ações, quanto a entender o meio Rural como lugar de possibilidades de desenvolvimento, buscando uma educação do Campo que desenvolvesse ações articulando os conhecimentos científicos e empíricos.

Perguntado como a gestora chegou à Gestão da Escola do Campo ela afirmou que foi indicada através de um rodízio de gestores realizado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) ao final do ano letivo. Segundo ela, não houve nenhuma orientação da SME sobre os princípios norteadores de uma Gestão da educação do Campo como os apresentados nas Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo.

Após esta primeira análise, é notável a ausência de interação entre os sujeitos da escola e comunidade, quando pensamos uma proposta que atenda as necessidades da comunidade escolar. Como também engajada com os movimentos sociais que buscam melhoria para Educação do Campo.

Numa outra conversa identificamos na fala de uma das professoras, a falta de participação na construção de uma Proposta norteadora para Nucleação, quando a professora afirma que nunca ouviu falar do PPP e não sabe explicitar ao certo para que ele contribua na organização e melhoria das atividades escolares.

O mesmo fato foi encontrado ao questionarmos os pais e os alunos. Quando indagados, eles não souberam identificar ou reconhecer na escola o que é o Projeto Político Pedagógico.

Nesse contexto, identificamos alguns elementos que nos surpreenderam quanto à postura da Gestora e Supervisora, pois elas se mostraram dispostas a estudar as características do Projeto Político Pedagógico na Educação do Campo. Mas esbarravam no conhecimento que cerne estes estudos, de acordo com o que elas pontuaram existe pouco interesse dos órgãos públicos na fomentação de eventos que possam socializar conhecimentos nessa área na cidade Caruaru.

As concepções elencadas para construção do PPP eram apresentadas pela Gestora e Supervisora, visto que o projeto estava sendo re-elaboração, para atender uma exigência da Secretaria Municipal de Educação (SME). Onde este não foi apresentado como proposta de discussão das escolas 1 e 2 como também não foram entendidas como elemento fundamental para organização da Educação do Campo. Mesmo que entendi como necessário.

A execução foi notável a negligência de uma proposta como rumo a ser perseguido pelas escolas, visto que nenhuma delas tinha o seu PPP, nem apresentaram interesse em construir, mesmo que afirmassem sua importância. Logo as atividades desenvolvidas nas escolas eram norteadas meramente pelos conhecimentos científicos encontrados no Plano Ano de Curso de cada professora, sendo estes meramente executados e pouco articulados as diversidades culturais e econômicas do Campo.

Considerações finais

Nas primeiras aproximações dos nossos estudos e a realidade encontrada quanto ao o Projeto Político Pedagógico nas escolas pesquisadas, destacamos que este se dá apenas de forma técnica camuflada para atender apenas a formalidade da SME, não havendo participação nenhuma da comunidade escolar. Os membros da escola nem sequer têm contato com o Projeto Político Pedagógico. Portanto, não podemos nem afirmar que eles são meros executores, pois a proposta não era executada com fundamento no que foi planejado. Levando em consideração o Projeto Político Pedagógico em uma perspectiva orgânica como um dos elementos da gestão democrática, pontuamos que estas escolas não contemplam uma gestão democrática.

Percebemos assim, que para alcançar o sucesso em um Projeto Político Pedagógico, é imprescindível a participação de todos aqueles envolvidos na escola, pois são estes que conhecem a realidade e, conseqüentemente, as necessidades de todos aqueles que fazem parte da comunidade onde a escola esta inserida.

Sendo a escola um espaço soberano de desenvolvimento de ações que possibilitam a elaboração e execução de estratégias que podem mudar as condições objetivas presentes no poder hegemônico, que em sua maioria deixa a margem a educação do campo. Foi freqüente ainda esta visão nas escolas 1 e 2, onde não pudemos identificar ações que a luz de um projeto político pedagógico fosse orientado a uma auto-educação de iguais e uma autogestão, com os próprios sujeitos redefinem o sistema como agentes ativos.

Ao se analisar a problemática do currículo voltado a Educação do Campo, percebemos a necessidade de se desenvolver uma educação de caráter inovador, instigador, reflexivo que possa levar o aluno a contextualizar a realidade em que vive para, a partir dela, buscar saídas alternativas para a problemática que envolve hoje o

homem do campo. Neste sentido, uma educação que trabalhe em uma perspectiva dialética, na qual a escola passe a entender o sujeito enquanto ser social que, ao refletir sua realidade, possa transformar a sua comunidade.

Nesta lógica o Projeto Político Pedagógico para Educação do Campo deverá contemplar questões que fazem parte de uma gestão democrática, na qual aqueles que constituem a escola tenham voz para opinar e intervir. Onde este instrumento de representação social contemple: a realidade local, oportunizar a participação da comunidade Rural, atividades pedagógicas coerente com as necessidades dos educandos e o seu ambiente, registrarem as ações desenvolvidas entre escola e comunidade e Acompanhar o desenvolvimento as atividades propostas e reorganizá-las sempre que necessário. Com isso desencadear processos de participação social ativos.

Espera-se que o resultado desse estudo traga contribuições para o contexto atual da educação, pois a escola do campo necessita urgentemente tornar-se um espaço interativo, inovador e prazeroso, com profissionais motivados a promover as mudanças necessárias.

Referências

ALARCÃO, I. *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 4ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

ANDRÉ, M. E. Dalmazo Afonso de. *Etnografia da prática escolar*. São Paulo: Ed. Papirus, 1998, p. 28.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo*. Brasília, DF, 2001.

CALDART, R.S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M.G.; CALDART, R.; MOLINA, C.M. (Org). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GANDIN, L. A. Projeto Político Pedagógico: Construção coletiva do rumo da escola. In: LUCE, MEDEIROS, Maria Beatriz, Izabel Letícia Pedroso de. *Gestão Escolar Democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

MÉSZÁROS, I.1930 – *A Educação par além do Capital* / István Mészáros; tradução de Isa Tavares. – São Paulo: Boitempo, 2005.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F., TOSCHI, M. S. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007 p. 318-357.

LEITE, S. C. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

LOBO, T.. *Descentralização: conceitos, princípios e prática governamental*. In:Revista de Estudos e Pesquisa em Educação.. Nº 74, Agosto, 1990. São Paulo:Fundação Carlos Chagas, 1990. p. 5-10.

SOUZA, M. A. *Educação do Campo: Políticas, práticas pedagógicas e Produção Científica*. Educação & Sociedade. Campinas, vol.29, n. 105, p. 1089-1111, set/dez.2008.